



Olhares da relação entre educação e mundo do trabalho na juventude rural

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes¹, Daniel Silva Veras², Thales Ranniere Coelho Amorim³, Raimundo Nonato Alves da Silva⁴, Lilian Francisca Soares Melo⁵

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia –UNESP/ IFPI. e-mail: marcio@ifpi.edu.br

²Especialista em Gerenciamento de Recursos Ambientais – IFPI. e-mail: danielveras@ifpi.edu.br

³Graduando do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica – IFPI. e-mail: trca_ca@yahoo.com.br

⁴Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia –UNESP/ IFPI. e-mail: prof.nonato@ifpi.edu.br

⁵Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia –UNESP/ IFPI. e-mail: lilianmelo@ifpi.edu.br

Resumo: O presente trabalho trata dos olhares da relação entre educação e o mundo do trabalho a partir da ótica da juventude rural e tem por objetivo investigar e analisar as causas e implicações que levam os jovens rurais a buscar na cidade um futuro melhor, perpassando pela educação e o mundo do trabalho. A metodologia utilizada consta de uma abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso onde se analisa as vozes dos jovens rurais e inter-relaciona com os fundamentos teóricos pertinentes a temática em estudo. Observou-se que o êxodo rural e falta de perspectiva na vida do campo são elementos importantes na busca de novos horizontes na cidade e que tal comportamento passa necessariamente pela educação profissionalizante, que propõe inseri-lo no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação, juventude rural, mundo do trabalho, novos olhares

1. INTRODUÇÃO

Os estudos contemporâneos na área da Geografia que tratam da questão do urbano e do rural têm observado que suas fronteiras estão cada vez mais próximas, e diferentes universos culturais entrelaçam-se, as dificuldades inerentes à vida e ao trabalho no meio rural expõem novas perspectivas e dilemas para os que vivem da agricultura, especialmente os mais jovens. A transferência de jovens para os espaços urbanos, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que contribui para o esvaziamento do meio rural (FERREIRA e ALVES, 2009).

De acordo com Silva (2002, p.97),

No momento em que as fronteiras entre o rural e o urbano diminuem cada vez mais de diferentes universos culturais se interpenetram, as dificuldades socioeconômicas dificultam a vida de quem vive da agricultura, emerge a juventude rural como uma população profundamente afetada por estes processos.

Hoje no Brasil, aproximadamente oito milhões de jovens brasileiros vivem em áreas rurais. Dentre as principais questões acerca do êxodo rural, percebe-se que a mobilidade dos/das jovens rurais para o urbano tem sido um fator de grande influência (CASTRO et al 2009). Isso fica claro ao constatar que os maiores índices de migração no meio rural brasileiro ocorrem entre homens de 20 a 24 anos e entre mulheres de 15 a 19 anos. (MDA, 2009).

Notadamente, alguns autores da área apresentam fundamentos que tentam explicar as causas que agravam essa situação, como o pensador Carneiro (p. 97) que diz (...) “a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura”.

Nota-se com isso que para os jovens que vivem no meio rural, as oportunidades de trabalho e construção de autonomia são mais difíceis, pois se inserem em padrões culturais, que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola, em estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de família. Assim, a transmissão da propriedade – e sua continuidade –, que passa pelos critérios de sucessão/herança, constitui um dos fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos jovens das lidas agrícolas. Dentre esses dados, o conjunto de desigualdades e a falta de condições dignas de vida no meio rural do Brasil, além de demonstrar



dificuldades, apresentam um cenário propenso para a criação e a consolidação de políticas públicas que estimulem a permanência dos jovens no meio rural. (FERREIRA; ALVES, 2009).

Essa realidade brasileira faz suscitar desafios nos âmbitos das políticas públicas voltada para esse público alvo de jovens e adultos, capazes de enfrentar e resolver de forma adequada essa problemática contemporânea.

Pode-se dizer que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos “governos por leis” pelos “governos por políticos”. O fundamento mediato é fonte de justificação das políticas públicas, é o Estado social, marcado pela obrigação de implementação dos direitos fundamentais positivos aqueles que exigem uma prestação positiva do poder público conforme Azevedo (2001).

Como definição de políticas públicas, apresenta-se Cury (2005) que diz, políticas públicas são “programas de ação governamental”, visando a coordenar os meios a disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização dos objetivos socialmente relevantes e, politicamente, determinados.

Nesse sentido, pode-se entender que as políticas públicas são um conjunto de planos e programas de ação governamental, voltadas à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVO DO ESTUDO

O presente trabalho tem por problematização a investigação da relação entre Educação e Mundo do Trabalho a partir da visão da Juventude Rural e se propõe como objetivo investigar e analisar as causas e implicações que levam os jovens rurais a buscar, por meio da educação, trabalho nos centros urbanos.

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROFISSIONALIZANTE

De acordo com Documento Base do Ministério da Educação a respeito da PROEJA - Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos de 2007:

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado. No entanto, as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais que vêm alargando a oferta de matrículas para o ensino fundamental, universalizando o acesso a essa etapa de ensino ou, ainda, ampliando a oferta no ensino médio, no horizonte prescrito pela Carta Magna (2007, p.9).

Há uma preocupação com a Educação de Jovens e Adultos quanto às políticas públicas na questão de oferta de vagas no segmento, apesar de estar respaldada em nossa lei maior. Uma preocupação que vai além do Ministério da Educação e mobiliza todos aqueles que acreditam que cidadania se faz com participação. De acordo com Pinto (1994), a importância do adulto na sociedade se faz de todas as formas: como trabalhador, como chefe de família, como administrador, sendo dessa forma o responsável pelo espelho de uma sociedade que compreende a educação de adultos como:

A educação de adultos não é uma parte complementar, extraordinária do esforço que a sociedade aplica em educação. É parte integrante desse esforço, parte essencial, que tem obrigatoriamente que ser executada paralelamente com a outra, pois do contrário esta última não terá o rendimento que dela se espera. Não é um esforço marginal, residual, de educação, mas um setor necessário do desempenho pedagógico geral, ao qual a comunidade se deve lançar. (PINTO, 1994, p. 82).

Pierro (2001) também enfatiza que a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida como um processo de formação continuada:



...jovens e adultos são cognitivamente capazes de aprender ao longo de toda a vida e que as mudanças econômicas, tecnológicas e socioculturais em curso nesse final de milênio impõem a aquisição e atualização constante de conhecimentos pelos indivíduos de todas as idades, propugna-se conceber todos os sistemas formativos nos marcos da educação continuada.” (PIERRO et al. 2001, p. 70).

Desta forma, a contemporaneidade exige dos jovens e adultos muito mais que simplesmente mão-de-obra qualificada, mas sim sujeitos autônomos, criativos, colaborativos, cooperativos, reflexivos, críticos, que buscam informações e as transformam em conhecimentos, aplicando-os na sua prática cotidiana.

Então, é necessário repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos, visando o perfil do profissional que queremos formar.

Carmo (2008) nos auxilia quando escreve que:

Em passado recente, o adestramento permitia aos trabalhadores fazerem a mesma coisa durante toda a sua vida. Hoje a revolução tecnológica que não para de acontecer exige evolução de habilidades que dependem muito mais de formação e atualização do que de mero adestramento. (CARMO, 2008, p. 50)

Assim sendo, Freire (2002) reforça que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p.25). Então é urgente também redefinir o papel do educador, pois segundo ele (2002) “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Ibidem, p.25). O autor mostra a dialeticidade dos processos de ensinar e de aprender. A ideia de Freire nos faz perceber o quanto é importante valorizar os saberes dos educandos dessa modalidade de ensino, uma vez que os mesmos além de aprender também ensinam. Diante do contexto, é que se faz necessário um estudo sobre as concepções dos docentes em relação à origem do conhecimento acreditando que estas fundamentam e orientam as práticas pedagógicas do PROEJA.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso exploratório. A opção pelo estudo de caso se fundamenta na visão de Yin (2005), para quem “o estudo de caso é uma investigação empírica que busca investigar um fenômeno no contexto de vida real, em que as fronteiras entre fenômenos e contexto não são claramente definidos”. Ainda para esse autor,

O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - tratando da lógica do planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos (p.33).

O estudo de caso, dada sua natureza qualitativa, de acordo com Yin (2005), é uma estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o “como” e o “por que” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controle. Para Yin (idem, ibidem), o objetivo do estudo de caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: explorar, descrever e explicar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. OUVINDO AS VOZES DOS JOVENS RURAIS

A priori, na entrevista com o jovem rural T.R.C.A solicitou-se que o mesmo relatasse como era sua vida no campo antes de ir para a cidade. Tal fala está retratada a seguir:

“Nasci em Vale do Guariba - PI, na zona rural de Brejo Seco, na cidade de São João do Piauí. Minha família é pobre onde eu sou o mais velho de cinco irmãos, então tinha a responsabilidade de cuidar deles, e de ajudar meu pai no roçado, lá a situação era difícil, na nossa casa só tinha uma cama de solteiro onde dormiam os menores, os outros com meus pais dormiam em redes. Demorou um tempo para comprarmos uma TV, antes só tínhamos um rádio velho em casa. Teve vezes que já passei fome, devido a seca não colhíamos nada, e sem o dinheiro mal dava para alimentar a todos. Apesar de tudo meus pais faziam questão que todos estudassem, eu particularmente



sempre gostei, mas existiam mais obstáculos, como falta de material escolar, a distancia para o colégio demorava uma hora de pé, e quando tinha os carros disponibilizados pelo governo eram sucateados e fazíamos viagem, literalmente “enganchados” no carro, com partes do corpo para fora do veículo lotado. Quando chegávamos deparávamos com uma escola sem estruturada e defasada, sem livros, e carteiras adequadas, e sem merenda, com os anos graças a Deus teve uma melhora, mas nunca desisti dos estudos”.

A apresentação do texto demonstra uma situação de dificuldade e falta de perspectivas e estrutura é uma constante para o jovem que vive no campo. Nesse sentido, nota-se que essa realidade é atual e está presente em muitas outras localidades.

De acordo com Dedicca (2012, p. 109) a parte dominante da pobreza rural encontra-se localizada na Região Nordeste, podendo ser tomada como expressão do desenvolvimento regional desequilibrado do período 1930-1980, o qual foi reiterado, nas últimas décadas, pela situação de crise e pelas transformações produtivas recentes ocorridas no campo.

Ainda segundo o autor

A prevalência da elevada pobreza no campo encontra-se associada às transformações econômicas ocorridas no campo ao longo do Século XX, problema que não apresenta extensão mais expressiva em razão das políticas de proteção social adotadas pelo país a partir da Constituição Federal de 1988. Como apontado anteriormente, as transformações econômicas recentes produziram uma estrutura produtiva de maior complexidade, mas também com maior heterogeneidade, processo que, articulado com os resultados do desenvolvimento econômico 1930-1980 se associaram a uma configuração social semelhante. DEDECCA (2012, p.109)

Ferreira e Alves (2009, p. 247) apontam que “diferentes estudos mostram que a busca por maiores níveis de escolaridade é um fator importante na saída de jovens do mundo rural para os centros urbanos. Mais do que prepará-los para um retorno ao campo, à educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia aspectos que possam ser transpostos ou que valorizem a realidade rural. Além disso, o ensino rural, mais que o urbano, padece de qualidade e, quase como regra, não dispõe de instalações, materiais e equipamentos suficientes e adequados”.

Além disso, os autores retratam que

obstáculos de ordem econômica e cultural estão presentes, destacando-se: a escassez de recursos financeiros da família, que não lhes permite custear a passagem de ônibus até a cidade; a necessidade da presença mais permanente de jovens nas atividades agropecuárias; as dificuldades de acesso à escola – longas distâncias, falta de transporte ou precárias condições da estrada; e o desinteresse pelo estudo, pois os conteúdos das disciplinas não estão adaptados à sua realidade social. (FERREIRA E ALVES, 2009, P. 247).

Essa condição fica bem clara no depoimento do sujeito investigado é emblemático, porque traz à tona, em toda sua plenitude, a questão dos problemas com a educação no campo, que vai desde a falta de infraestrutura física adequada até a questão da evasão escolar.

A despeito disso, Leite (1999) afirma que os problemas apresentados para a educação, no meio rural, tais como a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas, as dificuldades de acesso dos alunos às escolas, bem como a interferência direta de instituições governamentais, acabam por restringir a ação da escola.

Ainda segundo esse autor,

a evasão e a repetência escolar no meio rural apresentam altas taxas e suas causas são relacionadas à escolaridade/produção, pois, na escola, o que ensinam pouco ou nada a ver com a vida extraescolar dos rurícolas. Além disso, o calendário escolar é impróprio para o meio, confrontando-se com as épocas de forte trabalho. (LEITE, 1999)

Outro aspecto que pontuamos acerca perspectiva de educação para os jovens rurais é o fato que a oportunidade de formação qualificada ainda comumente encontra-se na cidade como bem enfatiza Takahashi (2010):



As escolas capazes de ampliar as perspectivas de empregabilidade dos jovens rurais, normalmente encontram-se nas cidades e para isso outros obstáculos de ordem econômica e cultural precisam ser superados tais como: as limitações financeiras da família, que não permitem custear a passagem de ônibus até a cidade, a necessidade da presença do jovem nas atividades, enfim uma série de empecilhos que fazem com que boa parte deste jovem pare de estudar.

Frente ao processo de crescente exclusão social e educacional que o jovem rural enfrenta no seu cotidiano, a esperança de um dia poder concluir os estudos é fator muitas vezes de superação desses atores, até porque, para esses jovens rurais educação é válvula de escape para que eles saiam dessa condição de miséria. E isso fica bem claro, no depoimento de T.R.C.A quando perguntado que motivos o levaram a ir morar em Teresina.

“Como já mencionei sempre gostei de estudar, mas na minha cidade não tem universidade pra eu fazer um curso superior, pra “ser alguém na vida”, como dizem. Então voltar formado e ajudar minha família e minha terra, queria fazer cursos como Veterinária ou Agronomia, mas primeiro que terminar meus estudos, sabe terminar o ensino médio. E quando me formar eu quero transformar a vida daquelas pessoas assoladas pela seca, em algo digno de se viver, ver suas criações gordas, suas terras irrigadas, onde possam dar o que comer para seus filhos com fartura”.

Observa-se que o ideal desse jovem ao sair de sua cidade para estudar na em Teresina é melhorar suas condições de vida e de sua família. E isso fica bem claro para Carneiro (1998), quando relata que o jovem rural, além de outros, possui o desejo de melhorar o padrão de vida, de serem algo na vida, e a obrigação com a família.

No entanto, segundo Silva et. al.(2006) ausência de políticas públicas no Brasil, da dificuldade e insuficiência aos serviços educação de boa qualidade tem reduzido a vontade de esses jovens permanecerem vivendo na zona rural.

Uma questão peculiar que comumente são abordados nas pesquisas sobre juventude rural no país, bem como no depoimento do sujeito da pesquisa é que como aponta Carneiro (1998) o fator para o êxodo rural, além da formação profissional é a falta de espaços que tragam cultura e lazer para o campo, pois são fatores de descontração e socialização que aliviam o estresse causado pelo desgaste do dia-a-dia de trabalho no campo, assim como a ansiedade e a depressão.

E que segundo ainda a autora, os jovens rurais procuram na cidade a realização dessas atividades de cultura e lazer (festas, prática de esportes, cinema, etc.), já que o campo é tido como um lugar de tranquilidade e descanso, ao contrário disto, os cidadãos que querem deixar um pouco de lado o estresse do dia-a-dia da cidade acabam procurando o campo justamente por ser um lugar descanso.

“Consegui vir pra cá graças à ajuda de professores que me apoiavam. Meus pais, mesmo com poucos recursos, e com economias que fiz trabalhando para os outros. Moro na casa de parentes, acabei de concluir o ensino médio profissionalizante, e pretendo prestar vestibular pra Agronomia ou Veterinária para me qualificar e aprender técnicas pra tratar da terra e dos animais lá. Mas além de terminar meus estudos e me formar, eu vim pra cidade também pra curtir, pra ir pra baladas e pro shopping que vai demorar um milhão de anos pra chegar à minha terra”.

Portanto, é crucial e nefrágico aqui destacar a questão da qualificação profissional e aumento da escolarização desses jovens rurais. E as atuais políticas educacionais, apontam para essa perspectiva, sendo que a educação profissional tem uma dimensão social intrínseca, ela extrapola a simples preparação para uma ocupação específica no mundo do trabalho e “postula a vinculação entre a formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórico-crítica, integrando a preparação para o trabalho à formação de nível médio” (MANFREDI, 2003, p. 57).

A dimensão da qualificação profissional é também assegurada pela LDBEN Nº 9394/96 quando as reverencia nos artigos 39º, 40º e 41º. No seu parágrafo único apregoa que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso á educação profissional”.



Segundo Frigotto (2004), faz-se necessário saber a origem desses jovens e, principalmente entender suas particularidades e assim desenvolver uma política para inseri-los no mercado de trabalho.

os jovens têm “rosto definido”. Pertencem à classe de filhos de trabalhadores assalariados ou conduzem a vida de forma precária por conta própria, no campo ou na cidade em regiões diversas particularidades socioculturais e étnicas. Compõe um universo de seis milhões de crianças e jovens que têm inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil. (FRIGOTTO, 2004, p.181)

Para esse autor, é fundamental garantir a esses mesmos jovens a continuidade e conclusão de seus estudos para lhes proporcionar uma melhor capacitação e uma melhor perspectiva de ingresso no mercado de trabalho bem como uma ação reflexiva de sua real função na construção de uma sociedade onde os sujeitos protagonizem as mudanças para a formação do sujeito cidadão.

Segundo Frigotto (2004),

“Para jovens de 18 a 24 anos, deve – se garantir a possibilidade de continuidade de escolaridade até a conclusão do ensino médio. Essa direção de política pública, levando – se em conta as particularidades dos diferentes tipos de jovens,...Haverá então a formação de um jovem ‘técnico-dirigente’, sujeito autônomo e protagonista de cidadania ativa e não reduzido a um ‘cidadão - produtivo’, explorado, obediente, despolitizado e que faça “bem – feito” que o mercado determina.” (FRIGOTTO, 2004, p.212-213)

Destarte, é válido considerar que as políticas públicas educacionais levam para essa ótica e que esses jovens rurais não precisam sair de suas localidades em direção à cidade. Aqui podemos citar algumas dessas políticas, como o PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA, PROEJA, PRONACAMPO, entre outras. E que para Abramovay (1999), a responsabilidade de educação rural é preparar os jovens para viver num meio rural em que a agricultura será cada vez menos importante, em que novas oportunidades de trabalho e de prestação de serviço envolvendo não só o campo, mas também as áreas dos pequenos municípios.

Reconhecendo que em todos os indicadores sociais e educacionais as populações do campo estão em desvantagem, sejam eles, relativos à matrícula, ao desempenho educacional dos alunos ou à infraestrutura, o governo federal por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (SECAD) criou em 2005, o Programa Saberes da Terra com o objetivo de desenvolver uma política que fortalecesse e ampliasse o acesso dos jovens agricultores (as) familiares. A partir de 2007 o Saberes da Terra passou a integrar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e passou a denominar-se Projovem Campo Saberes da Terra.

Percebe-se que na implantação do programa há um novo olhar na concepção de educação do campo quando compreende que:

“não basta a mera oferta de escolarização, como extensão de uma escola urbana. É preciso que seja uma política adequada aos povos do campo e que integre os conhecimentos próprios do ensino fundamental e os de qualificação social e profissional visando o desenvolvimento da solidariedade e emancipação”. (Projeto Base Saberes da Terra-2005).

Neste sentido o propósito é a formação integral do jovem do campo por meio da escolarização, qualificação social e profissional de agricultores familiares, potencializando-os para o desenvolvimento de ações sustentáveis nos seus respectivos núcleos familiares por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e Resolução CNE/CEB Nº1 de 03/04/2002.

O Programa Projovem Campo Saberes da Terra teve a sua implementação fundamentada nos pressupostos de que a educação como direito dos jovens do campo, assim como a escolarização, o trabalho e qualificação sócio profissional; a educação do campo como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, de orientação sexual e socioambiental.



Portanto é preciso lutar por uma educação rural e não por uma educação do campo. “A emergência de um novo paradigma tecnológico na agricultura, baseado na sustentabilidade, exige uma mudança fundamental no padrão de ensino rural”. (ABRAMOVAY, 1999). Essa situação educacional se agrava ainda mais quando comparamos os indicadores das populações rurais e urbanas, refletindo a carência de políticas públicas de educação voltadas para os povos do campo. Segundo Arroio (2000) , a escola rural é considerada “a escolinha do cai não cai onde o professor que quase não sabe, ensina a alguns a quase não saber ler”.

Percebe-se no texto acima que é fundamental garantir a esses mesmos jovens a continuidade e conclusão de seus estudos para lhes proporcionar uma melhor capacitação e uma melhor perspectiva de ingresso no mercado de trabalho bem como uma ação reflexiva de sua real função na construção de uma sociedade onde os sujeitos protagonizem as mudanças para a formação do sujeito cidadão.

“Logo quando terminar o curso eu quero ganhar conhecimento trabalhando fora do estado onde tem mais oportunidades, depois que eu tiver um pouco estabilizadas pretendo retornar para ajudar a minha terra, ver o que posso fazer para melhorar a qualidade de vida dos meus conterrâneos que mesmo com todos esses planos do governo ainda sofrem muito com a seca e a pobreza, então isso que espero do meu futuro, e com fé conseguirei.”

Notadamente, deve-se garantir a esses mesmos jovens a continuidade e conclusão de seus estudos para lhes proporcionar uma melhor capacitação e uma melhor perspectiva de ingresso no mercado de trabalho bem como uma ação reflexiva de sua real função na construção de uma sociedade onde os sujeitos protagonizem as mudanças para a formação do sujeito cidadão.

5. CONCLUSÕES

É recomendável que as políticas de formação profissional estejam articuladas às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacionais, ao sistema político de emprego, trabalho e renda, sem o que não será possível oferecer perspectivas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda. A inclusão social requer, portanto, políticas integradas de educação básica de qualidade, formação profissional e complementação de renda, indispensáveis à cidadania.

Nota-se que o êxodo rural somado a falta de trabalho e perspectiva no meio rural são fatores determinantes na busca por novos lugares junto à cidade e para tanta a educação torna-se o grande instrumental capaz de fazê-los compreender e desenvolver uma profissão e conseqüente inserção no mercado de trabalho.

As políticas públicas são instrumentos do Estado na confecção das respostas necessárias ao enfrentamento da realidade em que vive o jovem rural, na medida em que os programas educacionais se tornem cada vez mais programas de Estado e não apenas de “governos”, onde esses mesmos jovens tenham condições e oportunidades de estudarem e trabalharem no campo ou na cidade, conforme suas orientações vocacionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Janete M.L. de. **A educação como política pública**. 2º ed. Campinas. Autores associados, 2001(coleção polemica do nosso tempo: 56).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96**

_____. **Programa Projovem Campo Saberes da Terra**, Documento Base Brasília,2008.



CARMO, Paulo Sérgio do. Tecnologia e Trabalho: a máquina substituirá o homem? In: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Trabalho em Debate**. São Paulo: Moderna, 2008. p. 39-55.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.

CURY, Carlos Roberto. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, vol.35. n° 124, São Paulo, jan/abr.2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude e Sociedade**: Trabalho, educação, cultura e participação/ organizadores Regina Novaes e Paulo Vannuchi- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PIERRO, Maria Clara de; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Caderno Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, Simone Valdete dos. **A Educação de 1º Grau na Fábrica: para além das competências e da qualidade total**. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a trajetória do ensino fundamental tardio Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação- UFRGS, 1998.

TAKAHASHI, C. N. **Economia solidária e juventude rural**: possibilidades para o desenvolvimento local da microrregião Entre Rios - Pr. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Paraná. 2010.

IBGE - Censo Demográfico 2010.

Lei complementar nº87 de 22 de agosto de 2007-Piauí

PLANAP- Plano de ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba. **Síntese executiva Território Vale do rio Guaribas/CODEVASF-Brasília 2006**.